



# Desenvolvimento, Sustentabilidade e Território

Eduarda La Rocque | Economista-Chefe do  
Banestes

Julho -  
2020

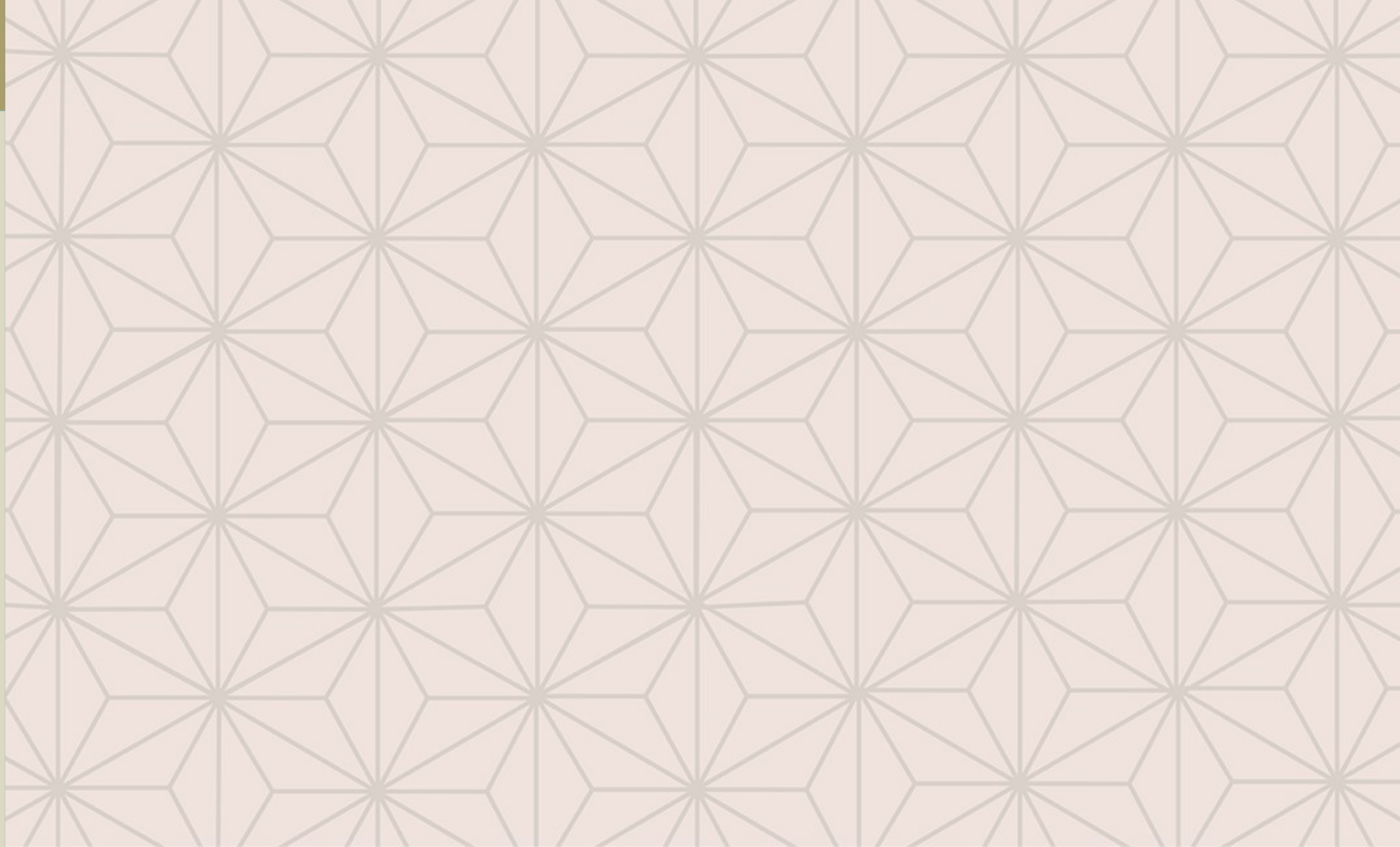
# ÍNDICE

1. Introdução
2. Prosperidade
3. Recuperação Socioeconômica

Junho - 2020

# Introdução

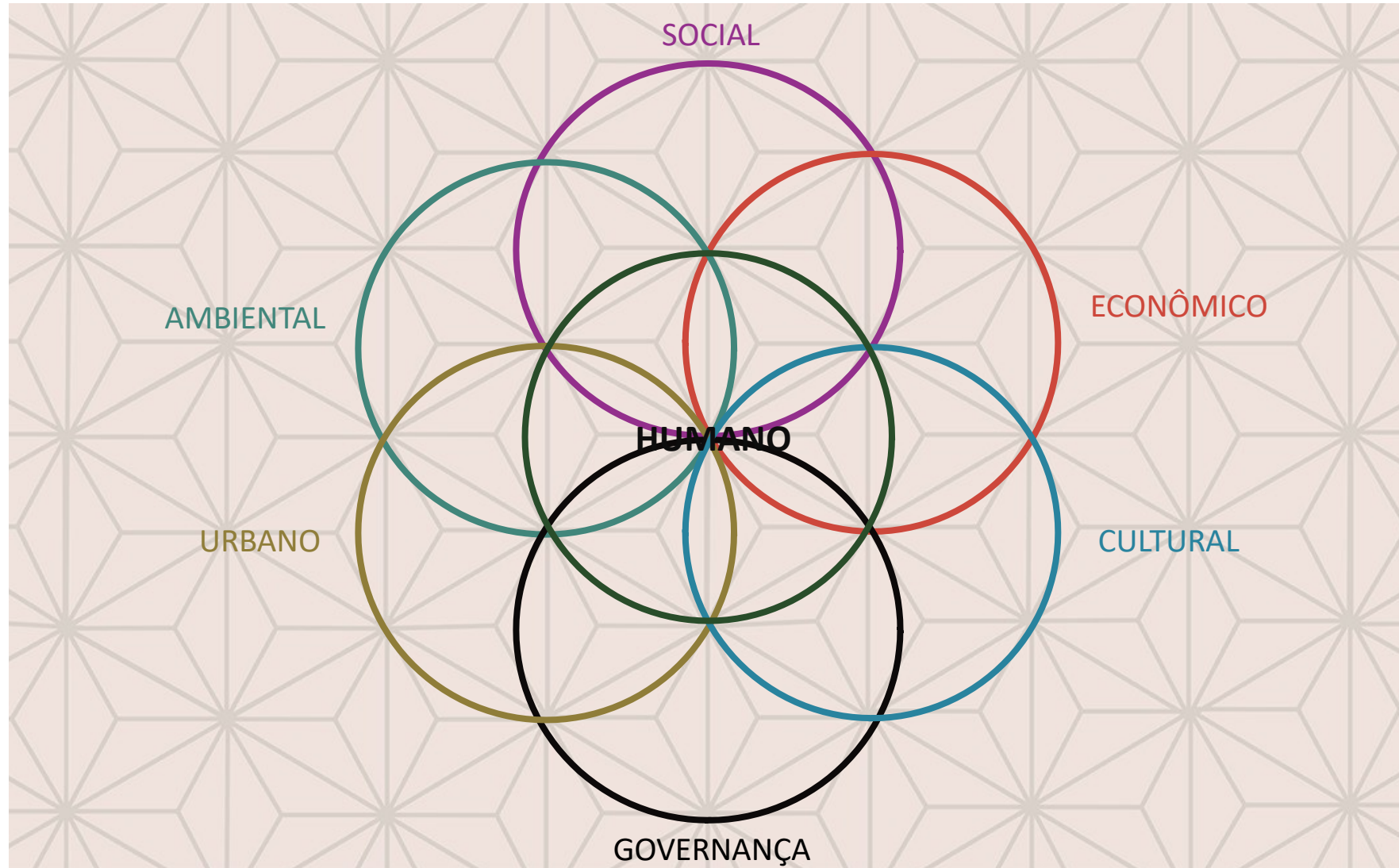
1



## Joseph Stiglitz, “Mercado e Democracia” em **Outras Palavras**

- “**PIB é uma ilusão perversa.** O mal-estar social alastra-se, o colapso da Natureza avança e a democracia declina. Se ainda assim o termômetro que afere o “sucesso” das sociedades nos diz que tudo vai bem — então, é preciso trocá-lo por outro. Já há como fazê-lo.”
- “O mundo enfrenta três crises existenciais: uma crise climática, uma crise de desigualdade e a crise da democracia. Seremos capazes de avançar sem ultrapassar os limites do planeta? A economia moderna poderá oferecer prosperidade compartilhada? As democracias resistirão, caso as economias fracassem? São questões críticas, e mesmo assim as medidas hoje aceitas para aferir o desempenho econômico não dão absolutamente nenhum sinal de que podemos estar enfrentando problemas.”
- “Cada uma dessas crises reforça o fato de que precisamos de ferramentas melhores para avaliar o desempenho econômico e o progresso social”.

# Prosperidade – as 7 dimensões do desenvolvimento



## A mandala dos seis poderes



**Oferece :**

- Conhecimentos práticos
- Rede colaborativa internacional

**Recebe :**

- Indicadores
- Cases de sucesso



**Oferece :**

- Articulação de iniciativas
- Aporte de recursos

**Recebe :**

- Recursos financeiros
- Apoio técnico



**Oferece :**

- Aporte de recursos
- Concepção de projetos

**Recebe :**

- Desenvolvimento de mercado
- Visibilidade



**Oferece :**

- Idéias
- Recursos

**Recebe :**

- Valorização de opinião
- Oportunidade de ajudar



**Oferece :**

- Conhecimentos
- Estudos

**Recebe :**

- Fontes de pesquisa



**Oferece :**

- Conhecimento prático
- Concepção de projetos

**Recebe :**

- Recursos financeiros
- Apoio técnico

## O sistema de mandalas e os dezessete goals de desenvolvimento sustentável



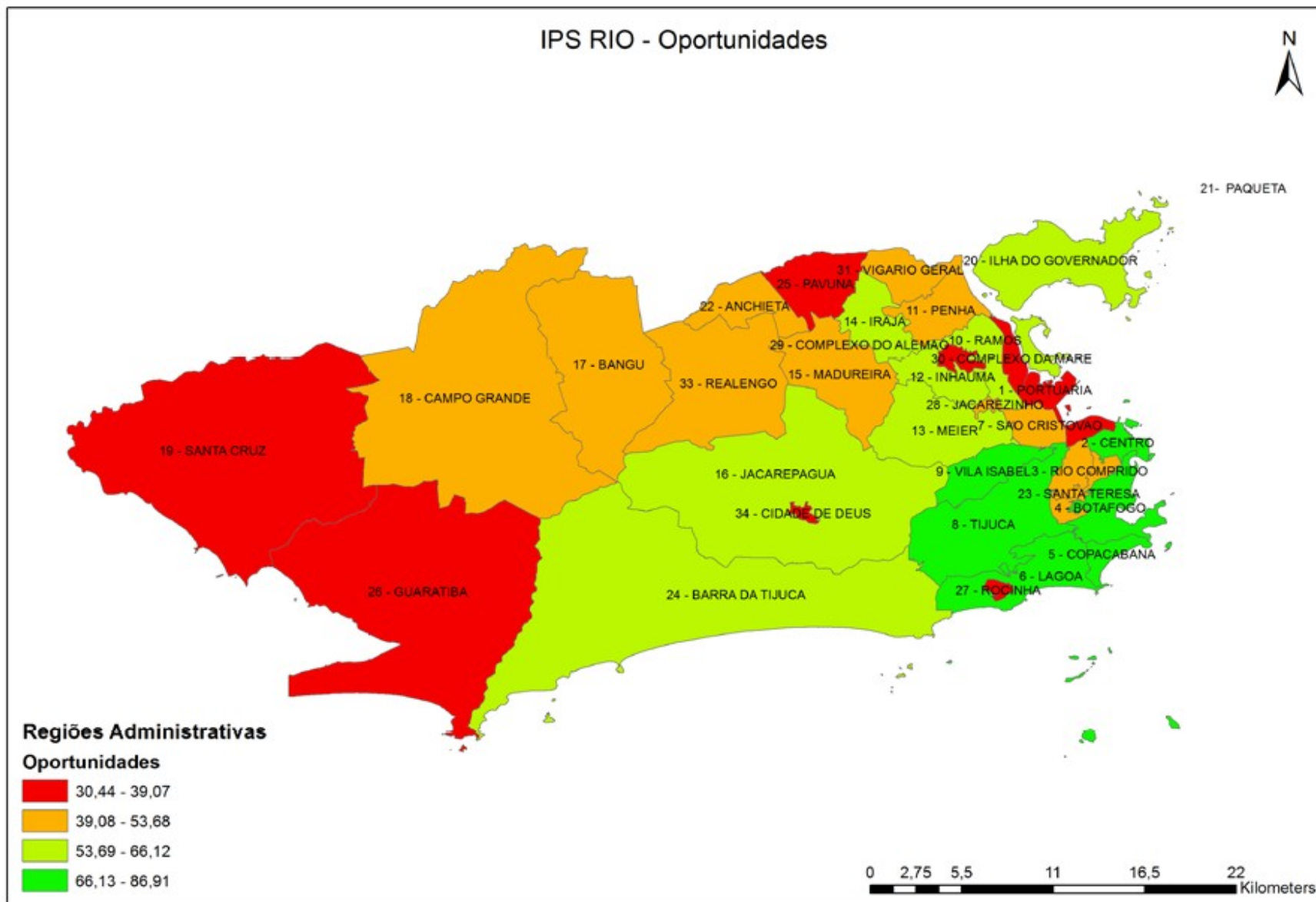
# Exemplo de indicador sintético - ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL (IPS)



Figura 1. Estrutura do Índice de Progresso Social (IPS) para o Rio de Janeiro

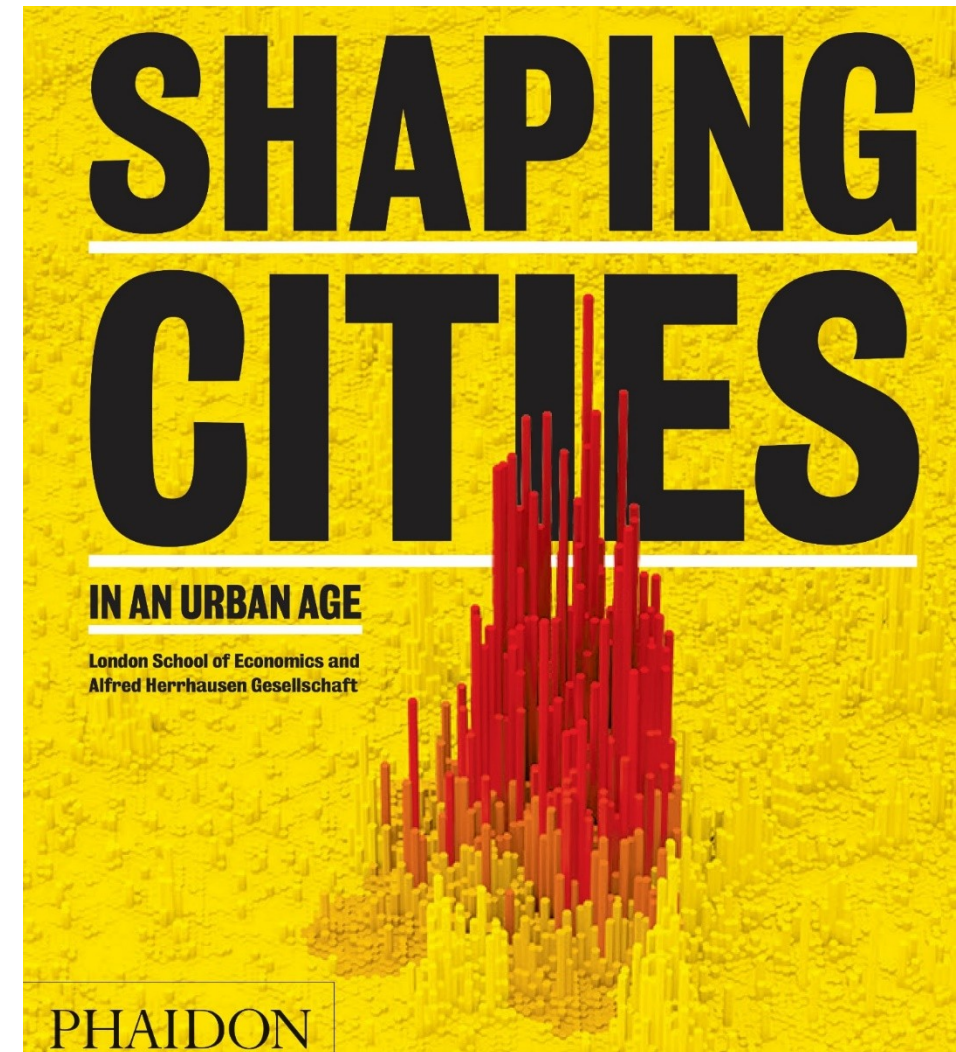


# Exemplo de indicador sintético - ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL (IPS)



## Referências

- **Política, nós também sabemos fazer**, “Democracia e Informação”, Eduarda La Rocque:
  - *Take over* do cidadão através de órgãos de informação independentes - PPPs
- *Confronting inequalities*, Eduarda La Rocque em ***Shaping Cities in an Urban Age***
- “Uma praga no carisma: por que liderança conectiva e caráter importam”, Jean Lipman-Blumen, em **O legado vivo de Peter Drucker**:
  - O fim da era geopolítica e a emergência da era conectiva. Desafio: conectar e integrar duas tensões igualmente importantes porém, intrinsecamente contraditórias: **diversidade** e **interdependência**
- **Revista RI, O mercado de capitais e as políticas públicas, 2017**
- **IBGC, Guia de gerenciamento de riscos corporativos, 2007**



# O modelo de desenvolvimento territorial (MDT)

O modelo de desenvolvimento territorial é composto por três etapas:

- A composição de um conselho de atores envolvidos e comprometidos com o desenvolvimento do território;
- A pactuação de metas de desenvolvimento holísticas;
- Uma matriz de responsabilidades para se alcançar e monitorar as metas. Para dar certo, depende de representatividade dos atores, informação qualificada e empoderamento do conselho.

Precisamos de uma **meta**, um guia; daí a importância dos indicadores econômicos e sociais. São eles que pautam toda a informação, a composição do saber da sociedade e os rumos dos países e entes subnacionais.

# O modelo de desenvolvimento territorial (MDT)

Um território pode ser um morro, um bairro, uma cidade, um país ou uma microrregião do Estado. É este modelo que estamos desenvolvendo para as dez microrregiões do Espírito Santo, com o projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável, que visa ao mesmo tempo o desenvolvimento com justiça social, com a preservação ambiental e a prevenção de crises, através de um plano de longo prazo participativo. O IPES, índice de prosperidade do Espírito Santo, irá mensurar a melhoria de qualidade de vida dos cidadãos, medida através de uma composição de sete “ativos” da sociedade: econômico, social, ambiental, cívico (que inclui as questões de governança), urbano, cultural e humano, em cada um dos municípios e microrregiões. Aproximar a academia, o governo nas suas diversas esferas, setor privado e sociedade civil num pacto pela prosperidade do Espírito Santo, visando a redução de desigualdades, sociais e regionais.

Parece uma utopia, mas é algo já em curso na cidade de Amsterdam, que anunciou recentemente que irá adotar o modelo “doughnut” de economia, cuja premissa é interromper a lógica do crescimento a qualquer custo e atender necessidades humanas observando os limites do planeta. Simples, mas uma verdadeira quebra de paradigma econômico.



# DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

Microregiões de Planejamento do ES

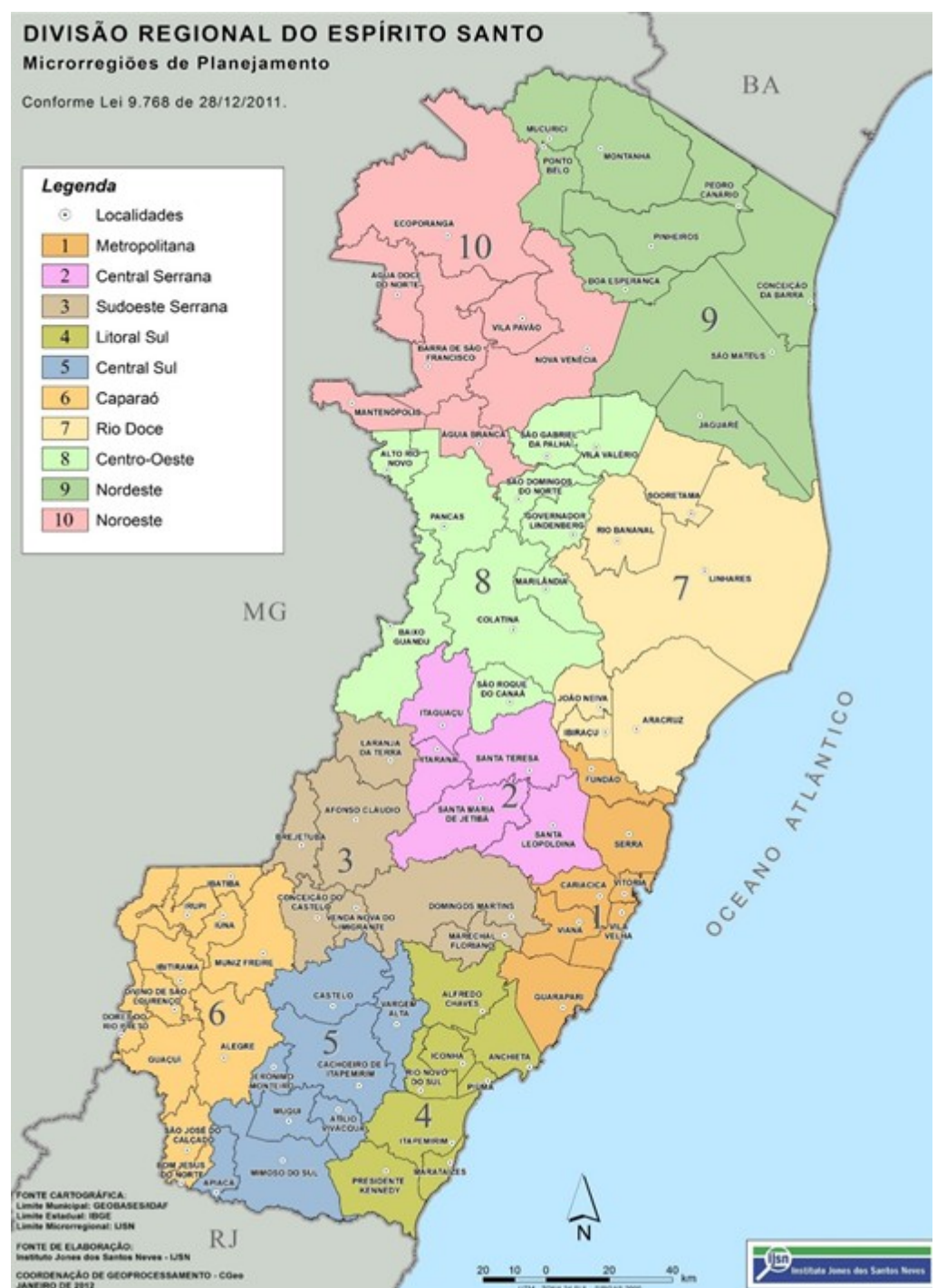
## DIVISÃO REGIONAL DO ESPÍRITO SANTO

Microregiões de Planejamento

Conforme Lei 9.768 de 28/12/2011.

### Legenda

- Localidades
- 1 Metropolitana
- 2 Central Serrana
- 3 Sudoeste Serrana
- 4 Litoral Sul
- 5 Central Sul
- 6 Caparaó
- 7 Rio Doce
- 8 Centro-Oeste
- 9 Nordeste
- 10 Noroeste

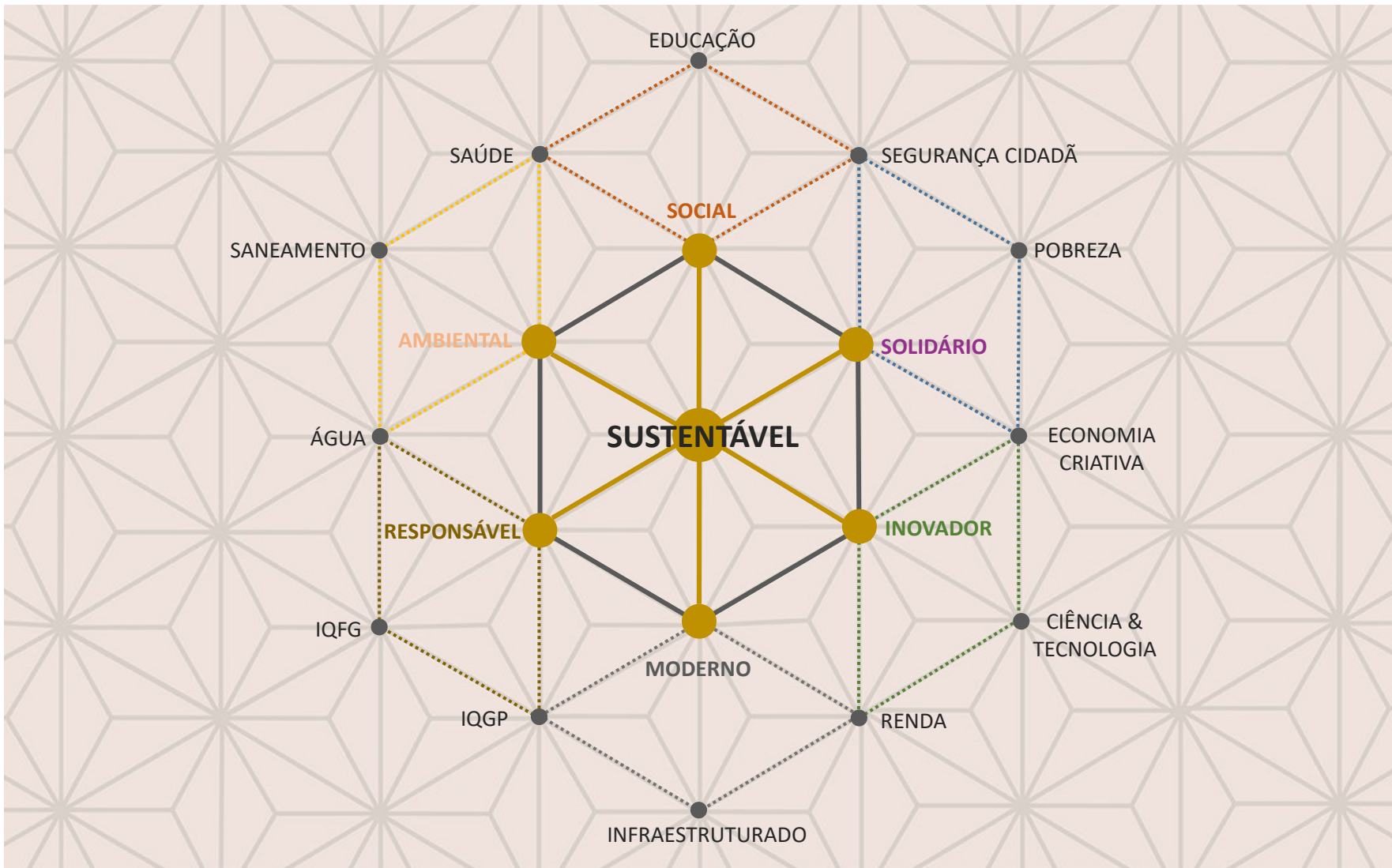


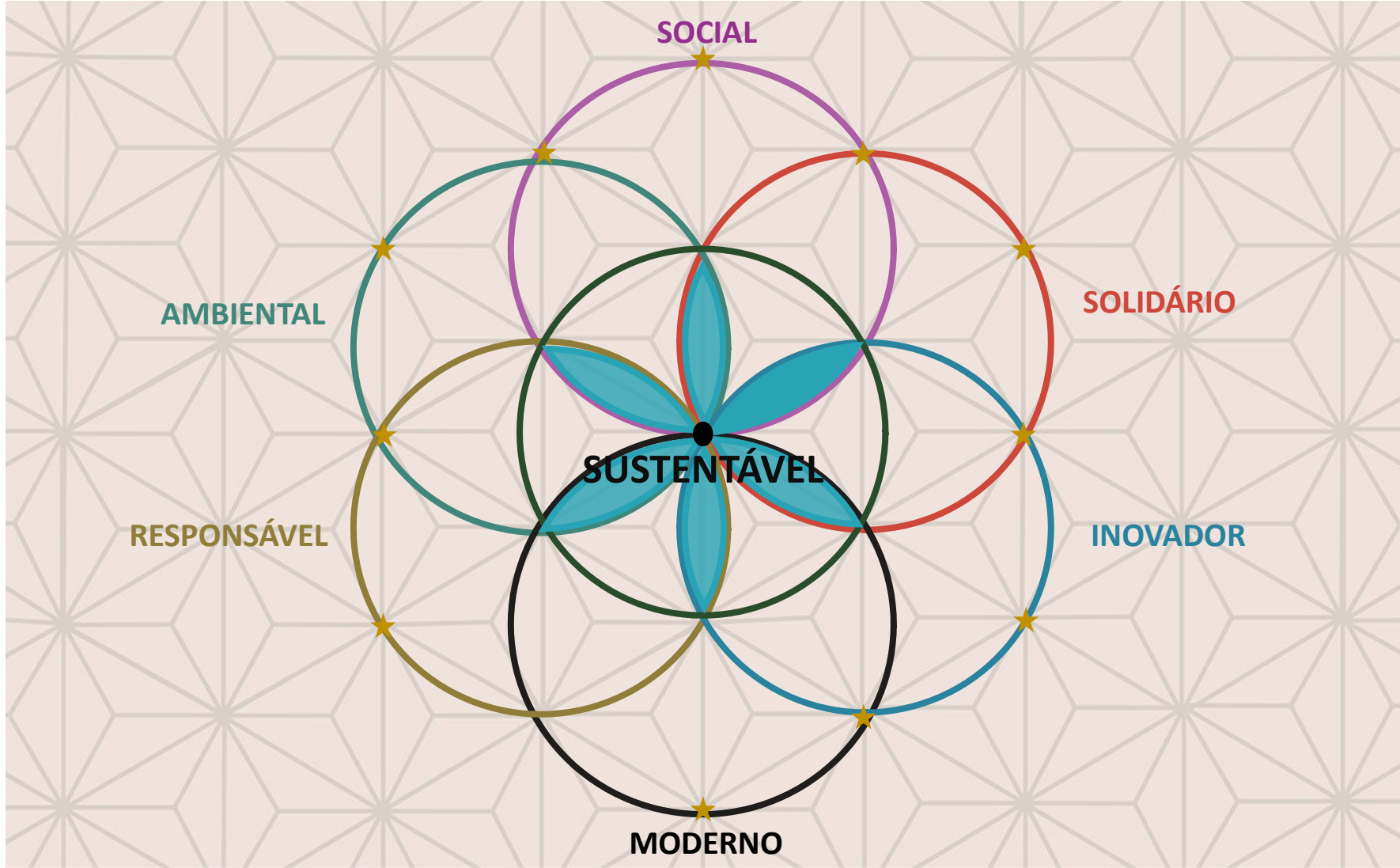
## Desenvolvimento Regional Sustentável

Pactuar ações e projetos para a **PROSPERIDADE** de cada vila, cidade e microrregião do Espírito Santo, de acordo com suas vocações e potencialidades.

## Prosperidade

**Melhora de qualidade de vida** para todos, principalmente para os mais vulneráveis, **combatendo as desigualdades sociais e regionais**, mantendo a sustentabilidade fiscal do







## O papel fundamental do crédito no combate às desigualdades

- **Ação pública e o papel do crédito na crise** – Celso Bissoli.
- **Socorro Governamental às Pequenas Unidades Produtivas Frente à Atual Pandemia** – Mauro Oddo Nogueira, Sandro Pereira Silva e Sandro Sacchet de Carvalho.
- **Um pacto pela prosperidade do Espírito Santo** – Eduarda La Rocque, IDEIES, 2020.
- **Das recentes crises econômicas à crise da covid-19: reflexões e proposições para o enfrentamento da pandemia na economia brasileira e capixaba** – Celso Bissoli, Daniel Farinelli, Érika de Andrade, Luiz Henrique Lima, Rafael Buback e Rodrigo Loureiro.
- **The Public Wealth of Cities: how to unlock hidden assets to boost growth and prosperity** – Dag Detter e Stefan Folster.



## Armínio Fraga: “Estado, desigualdade e crescimento no Brasil”

“A desigualdade é um veneno, que dificulta a construção de uma agenda de reformas necessária para o crescimento. Sem crescimento as oportunidades de melhoria do padrão de vida das pessoas são muito escassas. Ou seja, o combate à desigualdade é mais do que um imperativo moral - é condição necessária para a construção e execução uma agenda de crescimento sustentável e inclusivo. Por isso não se deve repetir o erro dos anos 60 e 70, quando se defendia o crescimento do bolo antes de seu fatiamento. [...]

Além de investir mais no social, cabe também um esforço para aumentar a produtividade do Estado, ou seja cabe melhorar a gestão do Estado com vistas a entregar mais e melhores serviços e bens públicos por unidade de gasto público”

## Habitação Social para a recuperação socioeconômica (Tabachi, *forthcoming*)

Publicado há pouco mais de um mês, o artigo HABITAÇÃO É SAÚDE PÚBLICA fala da necessidade de atenção aos aglomerados subnormais (às áreas carentes de infraestrutura) frente a contenção da COVID-19. Mostrando o quanto medidas básicas de prevenção da doença são pouco acessíveis para milhares de capixabas. Dados recentes do IBGE (2019) foram divulgados preliminarmente ao Censo para auxiliar na atuação do poder público no enfrentamento à COVID. A atualização mostra que são 306.439 domicílios em aglomerados subnormais (AGSN), o corresponde a 26,10% do total de domicílios do estado. No município de Vitória são 34.393 domicílios em AGSN, que representam 33,15% dos domicílios do município. Colocando o ES na 2ª posição em maior número de domicílios em AGSN, abaixo apenas do Amazonas com 34,59%. Números surpreendentes que merecem questionamento e atenção dos gestores públicos.

## Habitação Social (Tabachi, *forthcoming*) – Cont.

Esses números reforçam que medidas do poder público frente a pandemia precisam ir além do tratamento dos doentes e atacar a prevenção da doença. Dados da Secretaria Estadual de Saúde apresentam que o número de óbitos de pacientes em UTI, por casos de COVID-19, chega a 70% no estado. O que nos faz crer que o isolamento social parece ser a maior e melhor medida de prevenção e, nesse sentido faz-se necessário dar possibilidade para a população mais vulnerável cumprir esse isolamento social. A incidência de casos de COVID-19 na população negra, e nos bairros mais populares evidencia a obrigação do poder público atuar com urgência com medidas estruturais nessas áreas carentes. É preciso criar abrigos para isolamento social dos contaminados, dar acesso à informação qualificada sobre a pandemia com linguagem que comunique com diferentes realidades, realizar melhorias habitacionais que tragam condições de higiene, dar acesso a renda, a alimento, a mobilidade segura, ou seja, acessibilidade a condições dignas de vida. Há exemplos de iniciativas frente à pandemia em periferias de outras cidades, como em Paraisópolis na cidade de São Paulo e também aqui no ES, como por exemplo na região do Território do Bem. As organizações populares, coletivos e associações de moradores rapidamente se articularam e estão exaustivamente procurando amenizar os inúmeros problemas que a pandemia agravou para os moradores. E mais difícil para o poder público enxergar os interstícios da cidade e alcançar a capilaridade que essas organizações comunitárias conseguem enxergar e atingir. O poder público não precisa nem se dar ao trabalho de procurar muitas soluções, muitas delas já são dadas pelas comunidades e precisam somente serem fortalecidas ou viabilizadas. Há saber nas periferias, não se pode desperdiçá-lo!

## Habitação Social (Tabachi, *forthcoming*) – Cont.

- A lei 11.888 de 2008, tem como premissa assegurar às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. Regulamentar essa lei e colocá-la em prática, parece ser o primeiro passo para fazer valer o direito à moradia digna garantido constitucionalmente. E nos dá esperança para a seguir uma trajetória em direção a cidades mais igualitárias, sem preconceito e com melhor distribuição de renda. A assessoria técnica não é uma ideia inovadora, a Lei 11.888/2008 veio para “legalizar” uma forma de atuar que já acontecia em algumas regiões do país, como nas periferias de São Paulo, onde assessorias técnicas, junto com os movimentos de moradia e com apoio do poder público realizaram inúmeros empreendimentos e melhorias habitacionais. Mas não é uma questão de seguir modelos, cada bairro ou região pode descobrir a melhor forma de colocar em prática essa ação conjunta. O importante é saber que a tríade é capaz de viabilizar a construção de cidades mais justas. E esse momento de pandemia reforça que o início da atuação das políticas de melhorias nas cidades deve ser indiscutivelmente nas áreas precárias das cidades, é a partir delas que os maiores resultados serão alcançados. A iniciativa dessa ação deve partir do poder público local e ter como principal agente a população envolvida, recebendo o assessoramento de profissionais técnicos.
- **Experiência local: expandir caso do Território do bem (P1) para a P3 (\*) → USINA PENSAMENTO**
- **(\*) Piedade, Fonte Grande, do Moscoso e Santa Clara. 1.214 domicílios, 4 mil pessoas**



# Obrigada!

Junho -  
2020